

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

NEOLIBERALISMO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA DURANTE O GOVERNO FHC

João Paulo Charrone, Pamela Torres Michelette, Moisés Moura Soares dos Anjos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15795>

Submetido em: 2026-04-10

Postado em: 2026-05-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

NEOLIBERALISMO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA DURANTE O GOVERNO FHC

JOÃO PAULO CHARRONE¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3152-1020>

[<charrone@ufpi.edu.br>](mailto:charrone@ufpi.edu.br)

PÂMELA TORRES MICHELETTE²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8137-3017>

[<pamelamichelette@yahoo.com.br>](mailto:pamelamichelette@yahoo.com.br)

MOISÉS MOURA SOARES DOS ANJOS³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4734-8862>

[<moisesmsoaresanjos@gmail.com>](mailto:moisesmsoaresanjos@gmail.com)

¹ PROFESSOR PERMANENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI, BRASIL.

² PROFESSORA PERMANENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI, BRASIL.

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI, BRASIL.

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar o processo de inserção e consolidação do neoliberalismo em diferentes contextos históricos, com ênfase em suas implicações políticas, econômicas e educacionais, particularmente no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, adota-se como método uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de autores críticos do neoliberalismo, como David Harvey, além da utilização de dados institucionais e documentos oficiais, como o Plano Nacional de Desestatização (PND) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A análise evidencia que o neoliberalismo, longe de se restringir à esfera econômica, constituiu-se como uma racionalidade política abrangente, reconfigurando o papel do Estado e ampliando a centralidade do mercado na organização social. Experiências internacionais, como o Chile de Pinochet e o Reino Unido de Margaret Thatcher, demonstram a implementação dessas diretrizes, posteriormente apropriadas no contexto brasileiro. No Brasil, observa-se a consolidação de políticas de privatização, desregulamentação e ajuste fiscal, acompanhadas por transformações significativas no campo educacional. Conclui-se que tais reformas promoveram a expansão do setor privado no Ensino Superior e a progressiva mercantilização da educação, restringindo seu caráter de direito social e subordinando-a às dinâmicas do capital, com impactos diretos na ampliação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo, hegemonia, privatização, Educação Superior.

NEOLIBERALISM AND HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: THE CONSTRUCTION OF A HEGEMONY DURING THE GOVERNMENT OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of insertion and consolidation of neoliberalism in different historical contexts, with emphasis on its political, economic, and educational implications, particularly in Brazil during the government of Fernando Henrique Cardoso. To this end, a qualitative approach is adopted, based on bibliographic and documentary research, grounded in the analysis of critical authors of neoliberalism, such as David Harvey, as well as the use of institutional data and official documents, such as the National Privatization Program (PND) and the Law of Guidelines and Bases of National Education (1996). The analysis shows that neoliberalism, far from being restricted to the economic sphere, has constituted a comprehensive political rationality, reshaping the role of the State

and expanding the centrality of the market in social organization. International experiences, such as Chile under Augusto Pinochet and the United Kingdom under Margaret Thatcher, demonstrate the implementation of these guidelines, later incorporated into the Brazilian context. In Brazil, there was a consolidation of policies of privatization, deregulation, and fiscal adjustment, accompanied by significant transformations in the educational field. It is concluded that such reforms promoted the expansion of the private sector in higher education and the progressive commodification of education, restricting its character as a social right and subordinating it to the dynamics of capital, with direct impacts on the widening of social inequalities.

Keywords: Neoliberalism, hegemony, privatization, Higher Education.

NEOLIBERALISMO Y EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL: LA CONSTRUCCIÓN DE UNA HEGEMONÍA DURANTE EL GOBIERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de inserción y consolidación del neoliberalismo en diferentes contextos históricos, con énfasis en sus implicaciones políticas, económicas y educativas, particularmente en Brasil durante el gobierno de Fernando Henrique Cardoso. Para ello, se adopta un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y documental, fundamentado en el análisis de autores críticos del neoliberalismo, como David Harvey, además del uso de datos institucionales y documentos oficiales, como el Programa Nacional de Desestatización (PND) y la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (1996). El análisis evidencia que el neoliberalismo, lejos de restringirse a la esfera económica, se ha constituido como una racionalidad política amplia, reconfigurando el papel del Estado y ampliando la centralidad del mercado en la organización social. Experiencias internacionales, como Chile bajo Augusto Pinochet y el Reino Unido bajo Margaret Thatcher, demuestran la implementación de estas directrices, posteriormente apropiadas en el contexto brasileño. En Brasil, se observa la consolidación de políticas de privatización, desregulación y ajuste fiscal, acompañadas de transformaciones significativas en el ámbito educativo. Se concluye que tales reformas promovieron la expansión del sector privado en la educación superior y la progresiva mercantilización de la educación, restringiendo su carácter de derecho social y subordinándola a las dinámicas del capital, con impactos directos en la ampliación de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Neoliberalismo, hegemonía, privatización, Educación Superior.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*We don't need no education
We don't need no thought control
No dark sarcasm in the classroom
Hey! Teachers! Leave them kids alone
All in all you're just another brick in the wall
(Pink Floyd)*

Em 30 de novembro de 1979, a banda britânica *Pink Floyd* lançou a canção “Another Brick in the Wall”, que se tornaria um marco cultural duradouro. O impacto desse single ultrapassa os limites da indústria cultural (Horkheimer e Adorno, 1997), na medida em que trechos da composição foram apropriados como símbolos de contestação às estruturas e contradições do sistema neoliberal, frequentemente acusado de obscurecer e desvalorizar a importância de uma educação pública, gratuita, emancipadora e crítica (Moraes e Oliveira, 2024).

Alguns meses antes, em 4 de maio de 1979, Margaret Thatcher ascendia ao poder como primeira-ministra do Reino Unido. Inaugura-se um ciclo de reconfiguração das políticas econômicas orientadas pela restauração dos princípios do livre-mercado, em detrimento do intervencionismo estatal. Inserido nesse cenário, o neoliberalismo passou a ocupar posição central na condução das políticas públicas britânicas. Consolidando-se progressivamente como racionalidade hegemônica no interior do aparato estatal (Moraes, R., 2013).

Tal racionalidade já encontrava terreno fértil em outras experiências históricas. No Chile, desde 1973, sob a ditadura de Augusto Pinochet, a liberalização econômica e a defesa de um Estado mínimo foram implementadas de maneira sistemática e coercitiva. De modo semelhante, a partir de 1978, na China, Deng Xiaoping conduziu um processo de reorientação econômica que introduziu mecanismos de mercado em uma economia formalmente socialista, sob a égide do Partido Comunista. Nos Estados Unidos, em 1980, Ronald Reagan impulsionou reformas estruturais que restringiram o poder do trabalho organizado, promoveram a desregulamentação industrial e reduziram a atuação estatal em áreas sociais estratégicas, incluindo a educação pública (Harvey 2014).

No Brasil, por sua vez, a inflexão neoliberal não se configurou como um fenômeno episódico, mas como um processo de longa duração. Sua intensificação ocorreu durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, quando se consolidou um conjunto de reformas orientadas pela racionalidade neoliberal. Nesse contexto, a reconfiguração do Estado, alicerçada em tais pressupostos, incidiu de maneira abrangente sobre as esferas econômica, política e social, tornando estrutural a presença do neoliberalismo no cenário brasileiro (Hermida; Lira 2018).

No que concerne ao Ensino Superior, esse movimento traduziu-se na ampliação de políticas de cunho privatizante, em consonância com os imperativos do mercado. A gestão FHC, nesse sentido, desempenhou papel decisivo ao fomentar a expansão do setor privado, redefinindo o papel do Estado e reorientando a educação superior segundo a lógica da mercantilização.

O presente artigo estrutura-se, para além desta introdução e das considerações finais, em dois momentos analíticos complementares. Na primeira parte, empreendemos uma contextualização do neoliberalismo em escala global, mediante um percurso histórico que contempla tanto as formulações intelectuais responsáveis por sua consolidação enquanto doutrina quanto as experiências governamentais pioneiras em sua implementação. Buscamos, assim, evidenciar que o neoliberalismo não emerge de forma circunstancial nos anos 1970, mas resulta de um processo anterior de elaboração teórica e articulação política.

Em um segundo momento, o texto orienta-se para a análise do fortalecimento das diretrizes neoliberais no Brasil, com ênfase particular no campo da Educação Superior, durante o período de 1995 a 1998, correspondente ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, são examinados os arranjos político-institucionais e as coalizões que viabilizaram a consolidação do neoliberalismo no país, destacando seus desdobramentos sobre a reconfiguração do papel do Estado e das políticas públicas educacionais.

Cabe ressaltar que a delimitação histórica das formulações teóricas inaugurais e dos governos responsáveis pela institucionalização das diretrizes neoliberais constitui, a nosso ver, etapa fundamental para a apreensão rigorosa do objeto de análise aqui proposto: o Ensino Superior brasileiro sob a égide do neoliberalismo durante a administração de Fernando Henrique Cardoso. Nessa perspectiva, mobilizamos as reflexões de Norberto Bobbio (2011), especialmente no que se refere à caracterização dos chamados “direitistas tecnocratas e elitistas”, cujos projetos políticos, econômicos e sociais contribuíram para a desregulamentação do setor público e para a progressiva mercantilização das relações educacionais, em consonância com os interesses das classes dominantes.

NEOLIBERALISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E HEGEMONIA

Entendemos que a educação é concebida como elemento estratégico no processo de emancipação ou de submissão das classes subalternas, na medida em que possibilita (ou não) a construção

de uma consciência crítica capaz de confrontar a hegemonia vigente. Tal perspectiva implica reconhecer o sistema educacional como parte integrante das relações de poder, frequentemente orientado à reprodução dos interesses dos grupos dominantes e à manutenção de sua posição dirigente no interior da formação social.

Nesse sentido, para Antonio Gramsci (2007), a emancipação da classe produtora está intrinsecamente vinculada à superação de sua dependência em relação aos intelectuais da classe dominante. Tal processo só se efetiva na medida em que os trabalhadores sejam capazes de elaborar, sistematizar e difundir uma concepção de mundo própria, enraizada em suas condições materiais de existência e em sua experiência histórica concreta.

Em termos mais precisos, trata-se de um deslocamento no interior da luta hegemônica, no qual as classes subalternas deixam de ocupar uma posição passiva no campo da produção ideológica para se constituírem como sujeitos ativos na construção de sentidos e projetos societários. Isso implica, necessariamente, o distanciamento crítico das formas tradicionais de educação, frequentemente articuladas aos interesses da classe dominante e comprometidas com a reprodução de sua visão de mundo.

Tais abordagens, ao operarem como dispositivos de difusão ideológica no âmbito da sociedade civil, tendem a naturalizar as relações de dominação e a reforçar a passividade política dos grupos subalternos. Nesse quadro, a burguesia atua no plano das ideias no sentido de negar — ou, ao menos, obscurecer — a possibilidade histórica de que a classe produtora se constitua como sujeito coletivo capaz de intervir e transformar as estruturas sociais vigentes.

Gramsci faz uma dura crítica as abordagens tradicionais de educação no artigo “Socialismo e Cultura”, publicado pelo jornal *Il Grido del Popolo* (29/01/1916), quando afirma que:

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados [...] A estudantada que sabe um pouco de latim e de história, o advogado que conseguiu arrancar um canudo à indolência e ao deixar-correr dos professores, acreditarão ser diferentes e superiores mesmo em relação ao melhor operário especializado [...] Mas isso não é cultura, é pedantismo, não é inteligência, mas bagagem intelectual, e contra ela se reage com razão” (GRAMSCI, 1916 apud MONASTA, 2010, p. 52).

Mas por outro lado, defende que os homens só conseguiriam tornarem-se independentes e autônomos em relação ao aparato jurídico e as estruturas sociais, colocado sobre eles pelo grupo dominante, quando alcançarem um grau de conhecimento, ou seja, uma consciência superior “pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres” (GRAMSCI, 1916 apud MONASTA, 2010, p. 53).

Em outros termos, Antonio Gramsci sustenta aquilo que Joseph Buttigieg (2003, p. 45), denomina de uma concepção ativa — ou mesmo ativista — de educação. Nessa perspectiva, o processo educativo não se reduz à recepção passiva de conteúdos ou ao mero aperfeiçoamento intelectual individual. Ao contrário, a educação é compreendida como prática social capaz de intervir no terreno da luta hegemônica, operando como força de transformação das ideias e, conseqüentemente, das próprias estruturas sociais. Trata-se, portanto, de reconhecer sua potência na elaboração e difusão de uma nova concepção de mundo, apta a disputar a direção moral e intelectual da sociedade.

Tal disputa, no nosso recorte temporal se dá em um contexto muito difícil. Pois, o neoliberalismo é, em primeira instância, um aporte teórico de criação de uma sociedade que propõe o bem-estar humano através da propagação da liberdade individual e da “empresarização” do sujeito, ancorando-se numa estrutura que sacraliza a propriedade privada, o livre mercado e o livre comércio

(Harvey, 2014), estendendo-as para as múltiplas faces da vida que não se limita à economia ou à política. Sob esse viés, concordamos que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Esse sistema de normas, mesmo ocupando as diretrizes de funcionamento do Estado e da sua burocracia, não nasce e não se culmina neles. O neoliberalismo surge enquanto teoria organizativa e ordenada, como ver-se-á agora.

OS PRIMEIROS PASSOS DAS TEORIAS NEOLIBERAIS

A década de 1920 pode ser compreendida como um período marcado por profundas tensões e reconfigurações no interior do capitalismo. Para além de herdar as fraturas estruturais decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-18), esse período culminou na eclosão da Grande Depressão (1929). Considerada a primeira grande crise sistêmica do capitalismo em escala global, após a consolidação da hegemonia do liberalismo econômico. Nesse contexto, os fundamentos do liberalismo clássico — sintetizados na metáfora da “mão invisível” de Adam Smith e no princípio do *laissez-faire* — viram-se profundamente abalados diante do aumento do desemprego, da instabilidade financeira e da ascensão de regimes totalitários na Europa (Hobsbawm, 1995).

Em resposta à crise e à desorganização econômica resultante da predominância do mercado autorregulado e da centralidade da iniciativa individual, distintas alternativas políticas e econômicas ganharam relevo. Correntes que defendiam maior intervenção estatal e, em alguns casos, a socialização dos meios de produção passaram a influenciar significativamente o debate público, inclusive em países tradicionalmente associados ao liberalismo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a superação parcial da crise esteve associada à implementação do *New Deal*, conjunto de políticas intervencionistas que redefiniram o papel do Estado na economia. A partir de então, medidas como a regulação dos mercados, a realocação de recursos e o financiamento de grandes obras de infraestrutura consolidaram-se como instrumentos centrais de enfrentamento ao desemprego e à estagnação econômica, em consonância com os pressupostos do Keynesianismo (Heilbroner, 1996).

Por outro lado, regimes autocráticos e fascistas também implementaram formas específicas de planejamento econômico, reconfigurando, à sua maneira, os pressupostos do liberalismo com o objetivo de mitigar a crise e o desemprego (Fleck 2022). Nessa tessitura, importa destacar que as próprias contradições inerentes à dinâmica do capital tendem a engendrar respostas políticas autoritárias, na medida em que o capitalismo comporta, em sua lógica interna, processos recorrentes de instabilidade (Anjos; Charrone 2025). Desse modo, em contextos de crise, observa-se frequentemente a mobilização de estratégias que incluem o financiamento e o suporte a regimes de exceção, os quais, ainda que restrinjam liberdades políticas, operam na salvaguarda dos interesses do capital em âmbito nacional, especialmente diante das oscilações do sistema em escala global.

Todavia, mesmo diante das disfunções sistêmicas evidenciadas pela grande crise, parcela significativa dos liberais ortodoxos não aderiu às soluções intervencionistas então em voga, mantendo-se fiel às premissas do livre mercado. Nesse contexto, o campo liberal fragmentou-se entre aqueles que reconheciam o colapso do liberalismo clássico e defendiam sua renovação doutrinária, e aqueles que atribuíam a crise não ao regime de livre mercado, mas à crescente ingerência estatal. Estes últimos assumiram uma postura abertamente hostil a intervenções substantivas nas relações de propriedade privada, bem como a qualquer projeto político orientado à constituição de um Estado de bem-estar social (Mariutti 2021).

Posto isso, pode-se afirmar que a reconstrução do liberalismo esteve, desde suas origens, atravessada por tensões intelectuais internas, cujas diretrizes não convergiam para um consenso teórico unívoco. De um lado, situavam-se os defensores de um “novo liberalismo”, distanciado do liberalismo oitocentista e mais permeável a elementos de regulação social; de outro, consolidavam-se os adeptos de uma vertente que viria a ser denominada neoliberalismo, orientada pela refundação da doutrina com base em princípios clássicos, como a centralidade do mercado e a noção de autorregulação, frequentemente associada à metáfora da “mão invisível” (Dardot; Laval 2016).

Apesar dessas divergências, ambos os polos compartilhavam um ponto de convergência fundamental: a crítica ao protagonismo assumido pelo Estado durante o período de crise. Tal ceticismo em relação à expansão estatal tornou-se particularmente evidente quando diferentes tradições do pensamento liberal — como a Escola Austríaca, o ordoliberalismo alemão e a Escola de Chicago —, juntamente com representantes da Manchester School e da London School of Economics, reuniram-se, em 1938, no Colóquio Walter Lippmann, com o intuito de debater os rumos da tradição liberal e reafirmar sua crítica ao intervencionismo excessivo (Andrade 2019).

Realizado em Paris, entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938, o Colóquio Walter Lippmann constituiu o primeiro encontro formal de intelectuais empenhados em repensar as bases do liberalismo diante da crise do entreguerras. Seu objetivo central consistia em diagnosticar as fragilidades da tradição liberal que contribuíram para a crise e, simultaneamente, delinear alternativas capazes de restaurar sua viabilidade, sem recorrer nem ao intervencionismo estatal ampliado nem às experiências socialistas de tipo soviético (Mariutti 2021).

Nesse contexto, o filósofo Louis Rougier, responsável pela organização do evento, enfatizou desde o início que não se tratava de um retorno ao liberalismo clássico ou ao *laissez-faire*, mas da formulação de um programa de reformas que permitisse preservar seus princípios fundamentais, ao mesmo tempo em que se evitariam os efeitos desestabilizadores observados na crise (Dardot; Laval 2014). Tal orientação evidencia a inclinação predominante entre os participantes em direção a um liberalismo reformista, fator que, por sua vez, contribuiu para a emergência de clivagens internas no próprio encontro parisiense.

Ainda no âmbito do Colóquio Walter Lippmann, Louis Rougier incorporava e difundia a interpretação segundo a qual os limites estruturais do liberalismo clássico constituíram fatores decisivos para as instabilidades que marcaram a década de 1920. Nessa perspectiva, o esgotamento daquilo que se pode denominar como a “metafísica” do *laissez-faire* revelou-se central, tanto para desnaturalizar a crença em uma ordem espontânea e autorregulada do mercado quanto para reabilitar, em alguma medida, o papel do Estado como instância de organização econômica (Mariutti 2021).

A caracterização desse liberalismo como “metafísico” decorre da adesão, por parte de seus defensores, à ideia de que a autonomia do mercado representaria o estágio último e mais avançado da evolução da economia política, concebida como uma ordem natural e autorregulada. Tal pressuposto, ao ser confrontado pelas crises do capitalismo, mostrou-se incapaz de oferecer respostas consistentes às dinâmicas de instabilidade sistêmica.

Outros participantes do Colóquio, como Louis Baudin, convergiram com as posições de Rougier, chegando inclusive a propor revisões na própria nomenclatura a ser adotada para designar essa renovação do pensamento liberal. O objetivo era evitar tanto ambiguidades conceituais quanto a percepção de continuidade direta com o liberalismo clássico, marcando, assim, uma inflexão teórica significativa no interior da tradição liberal, conforme se observa a seguir:

Liberalismo, para eles [Rougier e Lippmann], não é aquele de ontem, mas sim o de amanhã: um liberalismo sereno, revisado, renovado. É trabalhoso mudar o significado de um termo antigo e podemos questionar se não seria melhor escolher outro (Audier, 2018 apud Fleck, 2022, p. 249).

A despeito dessas inflexões reformistas, a Escola Austríaca sustentava uma interpretação distinta da crise. Para seus principais expoentes, como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, a instabilidade econômica não decorria do *laissez-faire*, mas, ao contrário, da acumulação progressiva de intervenções estatais ao longo do tempo. Nessa perspectiva, tais autores, alinhados a uma vertente mais ortodoxa do liberalismo, defendiam a preservação dos fundamentos da doutrina clássica, argumentando que as disfunções do sistema foram exacerbadas justamente pelo agente que se pretendia como solução: o Estado. Assim, para os adeptos dessa tradição, diferentemente de outros participantes do Colóquio Walter Lippmann, não seria adequado falar em falência do liberalismo, uma vez que o intervencionismo estatal figuraria como elemento catalisador da crise.

As clivagens teóricas observadas ao longo dos cinco dias de debates não se manifestaram de forma conflituosa, mas tornaram-se claramente perceptíveis, evidenciando a heterogeneidade constitutiva do neoliberalismo em sua gênese. Longe de configurar-se como um corpo doutrinário homogêneo e

estático, o neoliberalismo emerge, nesse contexto, como uma construção histórica dinâmica, resultante da articulação de distintas correntes de pensamento e de suas tensões internas. Tal característica pode ser apreendida, por exemplo, na formulação de Alexander Rüstow, conforme relatado por Pierre Dardot e Christian Laval, cuja análise evidencia a complexidade e a pluralidade de sentidos que marcaram esse momento inaugural:

É inegável que aqui, em nosso círculo, estão representados dois pontos de vista diferentes. Uns não veem nada de essencial para criticar ou mudar no liberalismo tradicional [...]. Outros, como nós, procuram a responsabilidade pelo declínio do liberalismo no próprio liberalismo; e, conseqüentemente, procuram a saída numa renovação fundamental do liberalismo (Dardot; Laval, 2014, p. 79).

O Colóquio Walter Lippmann foi encerrado com a proposição de criação de um Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo, cuja sede seria estabelecida no Museu Social, em Paris, com o objetivo de fomentar redes acadêmicas voltadas à reformulação e difusão do pensamento liberal. Contudo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial inviabilizou a consolidação imediata dessa iniciativa, interrompendo a articulação institucional então esboçada.

No pós-guerra, diante da persistência das políticas de matriz Keynesianismo nos países centrais, Friedrich Hayek (1977) identificou a necessidade de rearticular, em novos termos, o debate em torno da restauração de uma ordem liberal fundada na primazia do mercado e na ampliação das liberdades econômicas. Nesse contexto, entre os dias 1º e 10 de abril de 1947, realizou-se, em Mont Pèlerin, nas proximidades de Genebra (Suíça), um encontro organizado por Hayek que reuniria intelectuais comprometidos com a crítica ao intervencionismo estatal (Couto; Tedesto; Teixeira 2024). Desse encontro resultou a criação da Sociedade Mont Pèlerin, frequentemente considerada o primeiro núcleo coeso de formulação do pensamento neoliberal.

A iniciativa congregou pensadores que compartilhavam, em maior ou menor medida, das formulações apresentadas por Hayek em sua obra *A caminho da servidão* (1977), publicado originalmente em 1944, entre os quais se destacam Karl Popper, Ludwig von Mises, Walter Lippmann, Michael Polanyi, Milton Friedman e Lionel Robbins. Esses intelectuais estavam empenhados em criticar o keynesianismo e em estabelecer as bases para uma reconfiguração do capitalismo orientada por uma ordem de mercado ampliada e desregulamentada (Spínola 2004).

Após sua fundação, a Sociedade Mont Pèlerin consolidou-se como um espaço privilegiado de produção e circulação de ideias neoliberais, reunindo-se regularmente ao longo das décadas subsequentes e contribuindo para a formação de um repertório teórico capaz de influenciar políticas públicas em escala global. Nesse sentido, é possível compreender sua relevância à luz do conceito de capital simbólico desenvolvido por Pierre Bourdieu (1989), uma vez que o prestígio acumulado por seus membros se expressa, entre outros aspectos, na premiação de alguns de seus integrantes com o Nobel de Economia, como o próprio Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976.

A Sociedade Mont Pèlerin constituiu-se, ao menos até a década de 1970, como o principal vetor de difusão das doutrinas neoliberais, operando como um espaço privilegiado de produção e legitimação discursiva desse ideário. Nessa direção, pode-se compreendê-la, à luz das formulações de Pierre Bourdieu, como um locus estratégico de elaboração dos discursos de legitimação do neoliberalismo (Bourdieu 1998). Trata-se, portanto, de um agrupamento de agentes detentores de elevado capital intelectual e simbólico, responsáveis pela construção e disseminação de uma racionalidade que, embora frequentemente ancorada em modelos formais abstratos, apresenta-se como universalmente válida.

Nesse sentido, tais formulações podem ser interpretadas como a edificação de uma utopia teórica sustentada por “modelos matemáticos abstratos, baseados em premissas irrealistas, mas que servem de justificação para reformas que nunca realizam os objetivos supostamente almejados” (Fleck 2022, p. 265). Essa crítica evidencia o descompasso entre a formalização teórica do neoliberalismo e seus efeitos concretos nas formações sociais, ressaltando seu caráter normativo e prescritivo.

Desse modo, os intelectuais vinculados a essa tradição desempenharam papel fundamental na constituição do neoliberalismo não apenas como projeto político, mas como uma racionalidade abrangente, capaz de reconfigurar práticas sociais, formas de governo e modos de subjetivação. Conforme assinala Pierre Bourdieu, trata-se de um processo que implica a redução da racionalidade à sua

dimensão estritamente individual, subordinando-a a uma lógica que atende, prioritariamente, aos interesses das classes dominantes (Bourdieu 1998, p. 137).

Assim, essa racionalidade neoliberal não permaneceu restrita ao plano teórico, mas converteu-se progressivamente em prática governamental, orientando políticas públicas e redefinindo o papel do Estado — movimento cuja materialização será analisada a seguir.

DA TEORIA À PRÁTICA: A EMERGÊNCIA DA PRÁXIS NEOLIBERAL NA POLÍTICA

O dia 11 de setembro constitui também um marco histórico de grande relevância para o Chile. Foi nessa data, em 1973, que se consumou o golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet, com o apoio do governo de Richard Nixon e da Central Intelligence Agency (CIA), culminando na deposição do presidente democraticamente eleito Salvador Allende. Para além de seu caráter repressivo e autoritário, o regime de Pinochet é amplamente reconhecido como uma das primeiras experiências de implementação sistemática do neoliberalismo em escala nacional (Moraes, 1995).

Nesse contexto, a inflexão neoliberal no Chile esteve diretamente associada à atuação dos chamados Chicago Boys, grupo de economistas formados sob a influência das ideias de Milton Friedman, vinculado à Sociedade Mont Pèlerin. Convidados pelo regime militar, esses intelectuais foram incumbidos de reestruturar a economia chilena segundo os princípios do livre mercado, da desregulamentação e da redução do papel do Estado.

Entre as primeiras medidas adotadas, destaca-se a negociação de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), inaugurando um amplo processo de liberalização econômica, que incluiu a privatização de empresas estatais e a reconfiguração dos investimentos nacionais (Harvey 2014). Tais reformas visavam ampliar a centralidade do mercado na regulação da vida econômica, mediante a contração da base monetária, a retração do setor público e a intensificação das privatizações, sobretudo a partir de 1975 (Lira 2010).

Entretanto, os resultados iniciais dessas políticas mostraram-se contraditórios. A restrição da circulação monetária não se traduziu em uma redução significativa dos preços, como preconizava a teoria, mas contribuiu para o aprofundamento de uma recessão econômica, evidenciada pela contração do Produto Interno Bruto chileno em aproximadamente 12% no ano de 1975 (Lira 2010).

Além disso, as medidas de privatização também não alcançaram, em um primeiro momento, os resultados esperados, revelando os limites e as tensões inerentes à implementação acelerada de um programa neoliberal em um contexto de instabilidade econômica e autoritarismo político, pois: “o fato desse processo ter sido feito durante uma grave recessão, contribuía para o aumento considerável da concentração da propriedade, pois permitiu que somente poucos agentes tivessem condições de adquirir essas empresas privatizadas” (Lira, 2010, p. 6).

O lastro da implementação neoliberal, nesse contexto, não produziu efeitos socialmente positivos no caso chileno. As políticas de privatização e a retração do papel do Estado nas áreas sociais contribuíram para a desproteção de amplos segmentos da população, particularmente aqueles mais vulneráveis às dinâmicas do capital. Em vez de promover um equilíbrio socioeconômico, tais medidas aprofundaram assimetrias já existentes, evidenciando os limites sociais do modelo adotado.

Ademais, o Chile consolidou-se como um dos primeiros laboratórios contemporâneos de aplicação sistemática de reformas neoliberais. Por meio de dispositivos institucionais que, embora tenham contribuído para determinados indicadores de crescimento econômico, também ampliaram a desigualdade de renda e restringiram o acesso a serviços públicos anteriormente assegurados pelo Estado (Menegasso 2024). A inserção do país em um regime de livre circulação de capitais estrangeiros, desprovida de mecanismos robustos de regulação estatal e proteção social, expôs ainda mais sua economia a instabilidades externas. Como consequência, entre 1982 e 1983, o Chile enfrentou um aumento expressivo do desemprego — que atingiu cerca de 20% —, acompanhado de uma significativa retração do Produto Interno Bruto, em torno de 14% (Harvey 2014).

Nesse sentido, as políticas neoliberais contribuíram para o agravamento das condições sociais, promovendo a expansão da pobreza, a deterioração da distribuição de renda e a flexibilização de direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que intensificaram desigualdades estruturais. A apropriação

das formulações da Escola de Chicago, longe de produzir os resultados prometidos por seus proponentes, revelou-se, no caso chileno, como um processo marcado por tensões e contradições, cujos efeitos sociais foram amplamente regressivos.

Deslocando o foco da análise para o contexto europeu, torna-se necessário examinar a experiência britânica sob a liderança de Margaret Thatcher, frequentemente considerada uma das principais expressões políticas do neoliberalismo em sua dimensão prática. Seu governo, iniciado em 1979 e estendido até 1990, representou uma inflexão decisiva na condução das políticas econômicas e sociais do Reino Unido, sendo frequentemente associado à radicalização da chamada “revolução conservadora” (Moraes 2013, p. 21).

Influenciada pelas formulações difundidas no âmbito da Sociedade Mont Pèlerin — e declaradamente alinhada às ideias de Friedrich Hayek —, Thatcher promoveu uma reconfiguração profunda do papel do Estado e dos fundamentos da política econômica britânica (Cavaliere; Passos 2014). Tal orientação implicou a valorização irrestrita da propriedade privada, do livre mercado e do livre comércio, concebidos como pilares inquestionáveis da organização social (Harvey 2014). Nesse sentido, sua ascensão ao poder pode ser interpretada como a materialização, no plano político, de debates teóricos iniciados nas décadas de 1940 e 1950, cuja efetivação prática se consolidaria apenas décadas mais tarde.

O início de seu governo foi marcado por uma mudança substantiva de orientação, caracterizada pela oposição sistemática à intervenção estatal na economia. Conforme destaca Cairncross (apud Pinto 2009, p. 16), tratava-se de uma agenda voltada à eliminação de controles, subsídios e demais mecanismos de regulação estatal, com o objetivo de restituir a primazia das forças de mercado. Esse conjunto de medidas implicou, entre outros aspectos, a restrição do poder dos sindicatos e a intensificação da desregulamentação industrial, configurando um processo de reestruturação econômica alinhado aos princípios centrais do neoliberalismo.

Desse modo, observa-se que o governo Thatcher não apenas incorporou, mas também operacionalizou as diretrizes fundamentais da doutrina neoliberal, consolidando um modelo baseado na centralidade do mercado e na redefinição do papel do Estado, cujos desdobramentos se estenderiam para além do contexto britânico.

O primeiro governo de Margaret Thatcher chamou significativa atenção no cenário internacional, sobretudo em razão de seu programa político voltado ao controle das oscilações inflacionárias por meio de políticas monetárias de caráter marcadamente restritivo, ancoradas no estabelecimento de metas decrescentes de expansão da base monetária. Tal orientação foi formalmente apresentada no Budget de 1979, elaborado pelo então ministro da economia britânico Geoffrey Howe, conforme explicita o seguinte trecho:

“É crucial restabelecer uma moeda sólida. Pretendemos alcançar isso por meio de uma disciplina monetária firme e políticas fiscais consistentes com ela, incluindo um controle rigoroso dos gastos públicos [...] Estamos empenhados na redução progressiva da taxa de crescimento da oferta monetária. Portanto, pretendo, apesar do contexto desanimador, e como primeiro passo nesse processo, reduzir a meta para o restante deste ano, 1979-80” (Howe, 1979, s.p).

Somado a isso, o programa econômico de Thatcher desdobrou-se em outras frentes estruturais, notadamente na flexibilização cambial, que implicou o progressivo desmantelamento dos mecanismos de controle estatal sobre o câmbio, culminando na adoção de um regime de maior liberalização e autonomia dos fluxos financeiros. Essa diretriz foi igualmente explicitada por Howe logo após assumir o ministério:

“A principal flexibilização será a disponibilização livre de câmbio oficial, até o limite de £5 milhões por projeto por ano, para novos investimentos diretos no exterior [...], [onde] estou flexibilizando significativamente as regras relativas a auxílios de viagem e emigração, propriedades no exterior e doações e pagamentos em dinheiro a dependentes [...]. [Com isso] pretendo dar mais passos no desmantelamento progressivo do controle cambial” (Howe, 1979, s.p).

As proposições de Howe (1979), nesse sentido, alinham-se diretamente aos pressupostos centrais do neoliberalismo, ao promover a redução da intervenção estatal nas políticas fiscais e ao ampliar a liberdade de circulação de capitais, especialmente no âmbito internacional. Tal orientação pressupõe a

primazia das decisões privadas e mercadológicas como instâncias reguladoras da economia, desconsiderando, em grande medida, os efeitos assimétricos dessa liberalização sobre diferentes agentes econômicos. Nesse contexto, pequenas e médias empresas nacionais tendem a enfrentar condições desiguais de concorrência frente a grandes corporações transnacionais, frequentemente estruturadas sob lógicas mono e oligopolistas, o que evidencia o caráter seletivo dessa ampliação da liberdade de mercado.

No que concerne à política fiscal, a gestão de Howe manteve-se ancorada em princípios restritivos, orientados à contenção dos gastos públicos como estratégia de estabilização macroeconômica. Como desdobramento, o governo implementou medidas de austeridade que, entre 1979 e 1982, contribuíram para o aumento do desemprego e para a desaceleração da atividade econômica (Pinto, 2009). Ademais, observa-se uma contradição relevante: países que adotaram diretrizes neoliberais não lograram êxito consistente na busca pelo equilíbrio orçamentário, mesmo após sucessivos cortes nos gastos estatais. No caso britânico, por exemplo, o governo liberal, em 1981, apresentou déficits públicos superiores aos registrados por administrações de orientação keynesiana (Cavaliere; Passos, 2014), o que tensiona a eficácia empírica das premissas teóricas que sustentam tais políticas.

A herança do pensamento neoliberal associada à liderança de Margaret Thatcher sustentou a centralidade normativa do livre mercado, da individualidade e do grande empresariado como pilares organizadores da vida social e econômica. Em contrapartida, promoveu uma crítica sistemática às políticas estatais de proteção social e às formas coletivas de organização dos trabalhadores, concebendo o trabalho como uma virtude eminentemente vinculada ao setor privado (Harvey, 2014). Não obstante, a adoção dessas diretrizes, marcadas por elevado custo social e crescente impopularidade, contribuiu para o enfraquecimento político da primeira-ministra, culminando em sua renúncia em 1990.

No contexto norte-americano, observa-se um movimento convergente. Ainda em 1979, Paul Volcker assume a presidência do Federal Reserve, promovendo uma inflexão decisiva na condução da política monetária dos Estados Unidos (Harvey, 2014). No ano seguinte, a eleição de Ronald Reagan intensificou esse processo, ao endossar e aprofundar uma agenda de desregulamentação econômica, contenção do poder sindical e redução do papel do Estado, alinhando-se às vertentes mais ortodoxas do neoliberalismo.

Entretanto, essa reorientação não emergiu de forma abrupta. Desde o início da década de 1970, já se observavam, nos Estados Unidos, sinais de reconfiguração das forças políticas e econômicas, em resposta aos efeitos do Estado de bem-estar social consolidado a partir do New Deal. Esse arranjo institucional, ao mesmo tempo em que limitou os lucros extraordinários das grandes corporações, contribuiu para a mitigação de desigualdades sociais historicamente enraizadas (Mello Filho, 2010). Tal dinâmica é evidenciada na análise de David Harvey: “Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da Segunda Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas” (Harvey, 2014, p. 25).

Ainda que esse cenário tenha produzido relativa estabilidade social, ele também gerou tensões no interior das classes dominantes, que passaram a perceber a intervenção estatal como um obstáculo à maximização de seus ganhos. Nesse sentido,

“quando o crescimento econômico entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juros reais ficaram negativas e a norma eram poucos dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas [...]. As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica” (Harvey, 2014, p. 74).

Diante desse cenário de crise e reconfiguração, o grande capital passa a romper com o compromisso histórico do Estado norte-americano com os princípios do New Deal, encontrando na liderança de Reagan sua expressão política mais acabada. Sua retórica, fortemente marcada por elementos populistas, soube capitalizar o contexto de instabilidade socioeconômica, mobilizando imagens simbólicas associadas ao imaginário do Velho Oeste e exaltando o ideal do self-made man como paradigma de sucesso individual (Mello Filho, 2010, p. 80).

Nesse contexto, em 5 de fevereiro de 1981, poucos dias após sua posse, Reagan apresentou, em pronunciamento em rede nacional, as diretrizes centrais de sua política econômica, sinalizando de

forma inequívoca seu alinhamento aos interesses do grande empresariado e à lógica de retração do Estado. Ao tratar do combate à inflação, o presidente afirmou:

“Equilibrar os gastos do governo com sua receita. Esta é a única maneira, juntamente com o aumento da produtividade, que podemos reduzir, e até eliminar a inflação. É hora de tentarmos algo diferente [...]. Eu ordenei cortes nos gastos do governo. Em 18 de fevereiro eu apresentei um plano econômico detalhado para o Congresso [...]. O plano irá propor cortes no orçamento em praticamente todos os departamentos do governo. Eu acredito que estes cortes serão apenas partes do que poderemos economizar” (Reagan, 1981, 12min11s a 12min28s).

Na mesma direção, o presidente complementa:

“temos de nos conscientizar [os estadunidenses] de que não há solução rápida. Ao mesmo tempo, entretanto, nós não podemos demorar em implantar um programa econômico visando tanto a redução de impostos, para estimular a produtividade, quanto a redução no crescimento dos gastos do governo” (Reagan, 1981, 12min53 a 13min06s).

Dessa forma, evidenciam-se as inflexões profundas promovidas pela agenda neoliberal na sociedade norte-americana, marcadas pela intensificação da desregulamentação econômica e pelo progressivo esvaziamento das funções sociais do Estado. A materialização dessas diretrizes implicou a reconfiguração das chamadas liberdades individuais — civis, sociais e econômicas — que, sob a retórica da ampliação da autonomia, favoreceram, na prática, a recomposição dos privilégios das elites econômicas, anteriormente tensionados pelo modelo de bem-estar social.

A INFLEXÃO NEOLIBERAL NO BRASIL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO FHC

O último decênio do século XX configurou-se como um período marcado por transformações profundas no cenário político e econômico brasileiro. Entre os acontecimentos mais relevantes, destacam-se as eleições de 1990 — as primeiras com participação cidadã direta após o período da Ditadura Militar —, que resultaram na vitória de Fernando Collor de Mello (1990-92).

A ascensão de Collor ao Poder Executivo assume relevância particular neste debate, na medida em que seu governo pode ser compreendido como um dos primeiros vetores de internalização da ideologia neoliberal no Brasil (Maciel, 2017). Suas iniciativas de reforma estrutural foram orientadas por um programa de liberalização econômica, cujo eixo central residia na promoção de privatizações e na abertura dos mercados nacionais. Todavia, tal agenda foi rapidamente tensionada por uma conjuntura adversa, marcada por uma profunda recessão econômica e por escândalos de corrupção que comprometeram a estabilidade de sua gestão, culminando no enfraquecimento de seu projeto político (Hermida; Lira, 2018).

Diante desse contexto, a consolidação das bases do neoliberalismo no Brasil seria efetivamente conduzida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Desde o início de sua administração, FHC sinalizou alinhamento com os princípios de ajuste fiscal e reconfiguração do papel do Estado, defendendo a contenção dos gastos públicos, a redução da máquina estatal e a ampliação da participação do setor privado na economia.

Essa orientação se materializou, ainda em seu primeiro ano de governo, na criação do Plano Nacional de Desestatização (PND), programa voltado à diminuição da presença do Estado na atividade econômica por meio da privatização de empresas públicas e da redefinição de suas funções. Nesse sentido, o referido plano não apenas expressava uma diretriz econômica, mas também evidenciava uma inflexão mais ampla na concepção de Estado, alinhada aos pressupostos neoliberais de mercado como instância privilegiada de regulação social.

O seguinte documento afirma que:

O Governo promoveu a venda de empresas estatais do setor produtivo, especialmente nas áreas de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. O balanço total do Programa Nacional de Desestatização (PND) mostra que já foram arrecadados US\$ 8,2 bilhões com leilões e US\$ 400

milhões com venda de participações minoritárias, além de terem sido transferidas, para o setor privado, dívidas de US\$ 3,2 bilhões (Brasil, 1995, p. 3).

A partir dessa formulação, torna-se evidente que o PND não se limitava a uma política econômica pontual, mas se configurava como parte de um projeto mais amplo de reestruturação do Estado brasileiro, orientado pela transferência de ativos públicos ao setor privado e pela redefinição das funções estatais. Tal diretriz implicava não apenas a redução da presença do Estado na economia, mas também a consolidação de uma racionalidade política que atribuía ao mercado a primazia na alocação de recursos e na organização da vida social.

Nesse sentido, o processo de desestatização promovido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso deve ser compreendido como um elemento estruturante da agenda neoliberal no país, articulando-se a outras medidas de ajuste fiscal, abertura econômica e flexibilização institucional. Mais do que uma simples estratégia de modernização administrativa, tratava-se de uma inflexão paradigmática que redefinía as bases da relação entre Estado, mercado e sociedade, alinhando o Brasil às diretrizes do neoliberalismo em escala global.

Nessa seara, o Plano Nacional de Desestatização (PND) configura-se como um dos principais instrumentos de operacionalização da reforma do Estado brasileiro, sendo fundamental para a compreensão da dinâmica político-econômica da década de 1990. Mais do que uma política isolada, o programa insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração das funções estatais, orientado pela centralidade do mercado e pela ampliação da participação do setor privado em áreas estratégicas da economia.

Nesse sentido, o próprio documento explicita os objetivos dessa nova fase ao afirmar que “o processo de privatização entra em uma nova fase, buscando a parceria do setor privado para superar importante gargalo ao crescimento econômico: os serviços de infra-estrutura, notadamente em energia elétrica, transportes e telecomunicações” (Brasil, 1995, p. 4). Tal formulação evidencia não apenas a prioridade conferida à iniciativa privada, mas também a redefinição de setores historicamente vinculados à atuação estatal como espaços privilegiados de acumulação de capital.

Ademais, o informe proclama que

o processo de desestatização [...] é instrumento fundamental na construção de um Brasil mais próspero e justo, com o Estado voltando suas atenções e seus escassos recursos às suas funções típicas, além de suas tarefas de regulação e fiscalização. Num contexto de estabilidade de regras e amplas oportunidades de negócios, não faltará ânimo ao setor privado para contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento do país (Brasil, 1995, p. 4).

À luz desse quadro, torna-se evidente a aderência do governo brasileiro aos pressupostos do neoliberalismo, notadamente no que se refere à individualização das relações sociais, à minimização do papel do Estado, à desregulamentação dos mercados e à ampliação da abertura comercial. Tal orientação buscou alinhar o país às diretrizes de política econômica consolidadas no âmbito do Consenso de Washington (Hermida; Lira, 2018), inserindo o Brasil em uma dinâmica global de reestruturação neoliberal.

Não obstante, a expansão do setor privado não se restringiu ao campo da infraestrutura, alcançando de maneira particularmente significativa a área educacional. A ampliação da participação da iniciativa privada no ensino superior brasileiro, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, promoveu um crescimento expressivo das instituições privadas em comparação às públicas. Esse movimento esteve associado a uma agenda que privilegiava a descentralização administrativa, a privatização e o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado, configurando-se como um dos eixos centrais das reformas educacionais do período (Del Bianco, 2011).

Ao analisarmos as transformações ocorridas no ensino superior brasileiro entre 1995 e 1998, essa tendência torna-se ainda mais evidente. Em 1995, as instituições privadas representavam aproximadamente 76% do total, enquanto as públicas correspondiam a apenas 24% (INEP, 2000). Nos anos subsequentes, essa configuração manteve-se relativamente estável: em 1996, o setor privado alcançou 77%, frente a 23% do público; em 1997, os percentuais permaneceram em 76% e 24%; e, em

1998, observa-se um leve aprofundamento dessa disparidade, com 78% de instituições privadas contra 22% públicas (INEP, 2000).

Essa dinâmica revela-se ainda mais problemática quando observadas as desigualdades regionais na distribuição dessas instituições. A região Sudeste concentrava cerca de 64% das faculdades privadas do país, enquanto a região Norte, a menos contemplada, reunia apenas 3,6% do total (INEP, 2000). Tal assimetria evidencia a concentração dos investimentos em áreas já economicamente dinâmicas, reforçando a lógica de reprodução espacial das desigualdades, uma vez que os fluxos de capital tendem a privilegiar regiões com maior capacidade de retorno econômico.

Entretanto, um aspecto particularmente revelador dessa expansão diz respeito à discrepância entre o crescimento do número de instituições privadas e a distribuição das matrículas no ensino superior. Apesar da expressiva ampliação do setor privado, as universidades públicas continuaram concentrando a maior parte dos estudantes. Em 1998, por exemplo, as instituições públicas eram responsáveis por 69% das matrículas, enquanto o setor privado respondia por apenas 31% (INEP, 2000).

Diante desse cenário, infere-se que a expansão das instituições privadas no Brasil não esteve orientada, primordialmente, pela democratização do acesso ao ensino superior, mas pela progressiva mercadorização da educação (DINIZ; OLIVEIRA; LIMA, 2021). A ampliação da oferta privada, nesse sentido, não se traduziu em inclusão efetiva, mas em um processo de reorganização do sistema educacional segundo a lógica do mercado, no qual a educação passa a ser concebida como serviço e não como direito social.

A partir desse quadro, evidencia-se que a privatização do ensino superior se intensificou de maneira significativa ao longo do período analisado, ampliando substancialmente o número de instituições pertencentes à rede privada. Tal expansão não ocorreu de forma espontânea, mas esteve diretamente associada a um conjunto de incentivos e favorecimentos estatais direcionados a esse setor, ao passo que as universidades públicas foram progressivamente preteridas no que tange ao financiamento e à centralidade nas políticas educacionais (Cunha, 2003).

De acordo com Traina-Chacón e Calderón (2015), a política de ensino superior no Brasil — especialmente durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso — revelou um alinhamento ainda mais explícito com os pressupostos neoliberais, na medida em que se aprofundaram os incentivos às fundações privadas e se priorizou a expansão desse segmento. Nesse contexto, observa-se a consolidação de um conjunto de reformas educacionais orientadas para o mercado, cujo objetivo consistia em integrar o Brasil à dinâmica da economia global, ao mesmo tempo em que se redefinia o papel do Estado no campo educacional, reduzindo sua atuação como provedor direto desses serviços (Ferreira, 2012).

Essa inflexão torna-se particularmente evidente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, ao estabelecer, em seu artigo 3º, inciso V, princípios orientadores do ensino, atribui — ainda que de forma indireta — equivalência entre a educação pública e a privada no atendimento às demandas da sociedade (Brasil, 1996). Tal disposição pode ser interpretada como um marco na reconfiguração da educação enquanto direito social, na medida em que desloca, ainda que parcialmente, a responsabilidade estatal pela sua garantia, abrindo espaço para a atuação de agentes privados.

Desse modo, a educação superior passa a ser progressivamente concebida não apenas como um direito universal assegurado pelo Estado, mas também como um campo de atuação econômica, no qual diferentes agentes operam segundo lógicas de mercado. Essa transformação implica a ampliação da participação de instituições privadas interessadas na oferta de serviços educacionais, frequentemente orientadas por critérios de rentabilidade.

Assim, ao longo da década de 1990, a reforma do ensino superior brasileiro notabilizou-se por promover uma reorganização institucional alinhada às exigências do mercado, mediada por uma racionalidade técnica que incentivava a especialização e a diversificação das Instituições de Educação Superior (Ferreira, 2012). Tal processo reforça a compreensão de que a política educacional do período esteve profundamente imbricada com o projeto neoliberal mais amplo, redefinindo não apenas as estruturas institucionais, mas também o próprio sentido social da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto, pode-se inferir que o processo de inserção do neoliberalismo no Brasil não se restringiu à esfera estritamente econômica, estendendo-se de maneira significativa ao campo da educação pública. Como desdobramento, observa-se um movimento de progressiva desvalorização da educação gratuita nos anos subsequentes ao governo de Fernando Henrique Cardoso, na medida em que as reformas implementadas reconfiguraram os modelos sociais e institucionais, restringindo — ainda que de forma indireta — o acesso ao ensino superior por parte das classes menos favorecidas.

Paralelamente, evidencia-se a crescente inserção do capital privado como força estruturante no sistema educacional brasileiro, orientando a organização e a expansão do ensino superior segundo critérios de rentabilidade e eficiência econômica. Nesse contexto, a educação passa a ser progressivamente subsumida à lógica do mercado, deslocando-se de sua condição de direito social para a de serviço passível de mercantilização.

Por fim, o caráter problemático desse processo reside no fato de que ele explicita as limitações intrínsecas da educação quando subordinada às determinações do capital (Mészáros, 2008). Em outras palavras, os objetivos da educação superior foram, paulatinamente, transferidos para a esfera de influência das elites econômicas, orientando-se para a formação de sujeitos e a produção de conhecimento alinhadas a interesses particulares, em detrimento de uma concepção de educação voltada à emancipação social.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Moisés Moura Soares dos; CHARRONE, João Paulo. O fenômeno neofascista brasileiro e o Marxismo cultural sob a perspectiva bolsonarista. In CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; FONTINELE, Evandro Araújo (Org.). *Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não: exercícios de escrita da história*. Teresina: Cancioneiro, 2025.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan.-abr., 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BRASIL. *A Nova fase da privatização*. Brasília: Presidência da República, 1995.
- BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BUTTIGIEG, Joseph. “Educação e hegemonia”. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-50, 2003.
- CALDWELL, Bruce. *Mont Pèlerin 1947: the transcripts of the founding meeting of the Mont Pèlerin Society*. Califórnia: Hoover Institution Press, 2022.
- COUTO, Lucas; TEDESCO, Alexandra Dias Ferraz; TEIXEIRA, Arthur Bernardo. O congresso da Mont Pèlerin Society e a consolidação de uma rede liberal no pós guerra: aspectos da crítica ao discurso universitário. *Revista História, Histórias*. Brasília, v. 12, n. 24, p. 01-31, abr.jun., 2024.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas; PASSOS, Marcelo de Oliveira. A força da liderança com ideias ou Thatcher, Hayek e o Brasil. *Revista Economia e Tecnologia*. Curitiba, v. 10., n. 01, p. 99-108, jan.-mar., 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL BIANCO, Rita de Cássia. As transformações na educação superior no governo FHC: a privatização como uma alternativa nas reformas educacionais. (sem outras informações). FERREIRA, Suely. *Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)*. Linhas Críticas. Brasília, s.v, n. 36, p. 455-472, mai.-ago, 2012.

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro; OLIVEIRA, João; FERREIRA, de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização. *Revista Educação em Questão*, S. I], v. 59, n. 61, 2021.

FLECK, Amaro. *O que é o neoliberalismo? Isto existe?*. Revista de Filosofia. Natal, v. 29, n. 59, p. 248-269, mai.-ago., 2022.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 4 vol, 2007.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich, A. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Editora Globo., 1977

HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Estado e neoliberalismo no Brasil (1995-2018). *Cadernos de Pesquisas: pensamento educacional*. Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63, set.-dez., 2018.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HORKHEIMER, M., e ADORNO, T. W., *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOWE, Geoffrey. *Economia: orçamento de 1979*. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/109497>. Acesso em 12. Out. 2025.

INEP. *Evolução do ensino superior – graduação 1980-1998*. Brasília, 2000.

LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. *Vitrine da conjuntura*. Curitiba, v. 3, n. 6, p. 01-09, ago., 2010.

MACIEL, David. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG*, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017

MARIUTTI, Eduardo Barros. *O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos*. Instituto de economia. Campinas, s.v., n. 415, p. 1-19, ago., 2021.

MORAES, J. de M.; OLIVEIRA, C. L. de. “Deixem as crianças em paz”: um estudo das representações da escola a partir de Pink Floyd The Wall. *Educação*, 49(1), e139/1–26, 2024.

MORAES, Reginaldo. A decolagem do neoliberalismo nos Estados Unidos: uma história que ensina. *Revista tempo do mundo*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 109-123, jul., 2018.

MORAES, Reginaldo. O legado de Margaret Thatcher. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 19-29, ago. 2013.

MORAES, Reginaldo. O Chile de Pinochet: cérebros e músculos do neoliberalismo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 4-5, p. 201-204, nov. 1995.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MENEGASSO, Giulia. *O neoliberalismo no Chile: o regime Pinochet e o aprofundamento das desigualdades sociais*. Tipo de trabalho: Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – PUC-SP, São Paulo, 2024.

MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de. *A economia política do governo Reagan: Estado neoliberal, tributação e gasto público federal nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1988*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

REAGAN, Ronald. *Reagnomics*: presidente Ronald Reagan fala sobre economia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r9kwSof3jlk>. Acessado em 29 set. 2025.

SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, v. 6, n. 9, p. 104-114, jan., 2004.

TRAINA-CHACON, José-Marcelo; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*. México, v. 6, n. 17, p. 78-100, mar.-abr., 2015.

Submetido: 08/04/2026

Preprint: XX/XX/20XX

Aprovado: XX/XX/20XX

Editor de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 - Escrita do artigo e revisão.

Autor 2 - Escrita do artigo e revisão.

Autor 3 - Escrita do artigo e revisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.